



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 466/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Orçamento e Gestão

UNIDADE: São Paulo Previdência - SPPREV

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação sobre quais são os servidores da Diretoria de Ensino de Birigui que possuem cadastro ativo (login e senha) no Sistema SIGEPREV. Alegação de informações pessoais. Pessoas identificáveis. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 466/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado a São Paulo Previdência - SPPREV, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a quais são os servidores da Diretoria de Ensino de Birigui que possuem cadastro ativo (login e senha) no Sistema SIGEPREV.
2. Em resposta e em recurso, o ente alegou que as informações estavam abarcadas pela Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), por serem identificáveis, e que a solicitação deveria ser realizada diretamente a Diretoria de Ensino. Inconformado, o requerente interpôs o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Em análise do caso concreto, após diversas comunicações por e-mail e telefone, o órgão explicou à OGE que, pelo fato de serem poucas pessoas responsáveis pelo sistema e que, ao serem relacionadas seria possível a identificação de outros dados que poderia possibilitar o acesso indevido ao sistema previdenciário do Estado, não sendo possível o atendimento do pedido. A Diretoria de Ensino responsável pela inclusão dos servidores no sistema também não autorizou a entrega.
4. Considerando que o órgão comunicou ao interessado as razões do não atendimento do pedido, estando, portanto, justificada a negativa do acesso à informação pretendida, em concordância com o disposto no artigo 11, §1º, II, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 26 de novembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado